





## **QUINTO ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**“PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA”**

**CNPJ: 32.681.701/0001-20**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual:

**PAULO RICARDO LOPES VOLTZ**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 03/01/1965, Administrador, inscrito no CPF nº. 396.937.080-91, Identidade nº. 03503735882, órgão expedidor DETRAN-RJ residente e domiciliado no(a) RUA SAO JOAO, 315, APT 303, CENTRO, NITERÓI, RJ, CEP 24.020-147 e

**LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 13/12/1985, Contador, inscrito no CPF nº. 104.788.787-88, Identidade nº. 1269411, órgão expedidor CRC-RJ residente e domiciliado no(a) RUA DOUTOR PORCIUNCULA, 2424, BLOCO 2 APT 303, COVANCA, SÃO GONÇALO, RJ, CEP 24.411-142 e

**MARCIO DE MENDONCA FERNANDES**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 23/07/1971, Contador, inscrito no CPF nº. 016.273.877-30, Identidade nº. 1082810, órgão expedidor CRC-RJ residente e domiciliado no (a) RUA GERALDO PRADO, 0, LOTE 25, TRES CORACOES, NOVA IGUAÇU, RJ, CEP 26.033-455

ÚNICOS sócios componentes da Sociedade empresária limitada denominada “**PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**” com sede na **RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 305, SALA 303, CENTRO, NITERÓI, RJ, CEP: 24020-002** devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 32.681.701/0001-20** e no registro na junta comercial do Estado do Rio de Janeiro **NIRE 33210694430** no dia 06/02/2019 e a **PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL** registrada sob o nº **3673567** no dia 04/07/2019, **SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL** registrada sob o nº **3771362** no dia 25/09/2019, a **TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL** registrada sob o nº **3799440** no dia 25/10/2019 e a **QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL** registrada sob o nº **3857852** no dia 03/03/2020, **RESOLVEM** de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o seu Contrato Social, exclusivamente para **INCLUSÃO DE ATIVIDADES FILIAL CAUCAIA e SEDE E INCLUSÃO DE FILIAL RIO DE JANEIRO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que entre si estipulam:

**PRIMEIRA – INCLUSÃO DE ATIVIDADES:** 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo na filial CAUCAIA e na SEDE;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1069443-0 Protocolo: 00-2020/094547-5 Data do protocolo: 08/06/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/06/2020 SOB O NÚMERO 00003883639, 33901780283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E2AA4BABA65CE6F53270452477AC375E2746EB949056BBE0232DD1596DCD12C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/12



**SEGUNDA – INCLUSÃO DE FILIAL:** A PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA neste ato formaliza a abertura da sua **FILIAL RIO DE JANEIRO** – Av. Presidente Wilson, 228, 13ª Andar, Parte, CENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20.030-021, todo o restante **se mantém igual**.

Tendo em vista as alterações aqui verificadas, resolvem os sócios alterar o seu Contrato Social, consolidando o anterior, e que passa a reger-se sob as seguintes cláusulas e condições que entre si estipulam:

## **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual:

**PAULO RICARDO LOPES VOLTZ**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 03/01/1965, Administrador, inscrito no CPF nº. 396.937.080-91, Identidade nº. 03503735882, órgão expedidor DETRAN-RJ residente e domiciliado no(a) RUA SAO JOAO, 315, APT 303, CENTRO, NITERÓI, RJ, CEP 24.020-147 e

**LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 13/12/1985, Contador, inscrito no CPF nº. 104.788.787-88, Identidade nº. 1269411, órgão expedidor CRC-RJ residente e domiciliado no(a) RUA DOUTOR PORCIUNCULA, 2424, BLOCO 2 APT 303, COVANCA, SÃO GONÇALO, RJ, CEP 24.411-142 e

**MARCIO DE MENDONCA FERNANDES**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 23/07/1971, Contador, inscrito no CPF nº. 016.273.877-30, Identidade nº. 1082810, órgão expedidor CRC-RJ residente e domiciliado no (a) RUA GERALDO PRADO, 0, LOTE 25, TRES CORACOES, NOVA IGUAÇU, RJ, CEP 26.033-455 **tem constituído uma Sociedade empresária limitada, que se rege pelas seguintes cláusulas e condições:**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RAZÃO SOCIAL, SEDE E FORO**

A sociedade girará sob a razão social de “**PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**”, com o nome de fantasia “**PLM CONSULTORIA & AUDITORIA**” e terá sua **SEDE** à rua: **Visconde do Rio Branco, 305, Sala 303, Centro, Niterói, RJ, CEP: 24020-002** e **FILIAL CAUCAIA** – RUA GONÇALVES DIAS, 1880-B, PARQUE ALBANO, CAUCAIA, CEARÁ. CEP: 61645-350; **FILIAL NATAL** – AVENIDA LIMA E SILVA, Nº 1539, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1069443-0 Protocolo: 00-2020/094547-5 Data do protocolo: 08/06/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/06/2020 SOB O NÚMERO 00003883639, 33901780283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E2AA4BABE65CE6F53270452477AC375E2746EB949056BBE0232DD1596DCD12C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/12



59.075-710 E **FILIAL ALTO DO RODRIGUES** – RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 179-B, 1º ANDAR, SALA 2, CENTRO, ALTO DO RODRIGUES, RN, CEP: 59.507-000 e **FILIAL RIO DE JANEIRO** – Av. Presidente Wilson, 228, 13ª Andar, Parte, CENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20.030-021. podendo abrir filiais, agências ou sucursais em qualquer parte do território nacional, ficando desde já eleito o foro desta cidade para dirimir quaisquer incidentes relativos ao presente instrumento, ou o foro de uma das filiais criadas ou a serem criadas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E OBJETIVO**

A sociedade, cuja duração é indeterminada, com o objetivo do negócio de: **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, AUDITORIA, GESTÃO E PLANEJAMENTO, CESSÃO DE MÃO DE OBRA, ASSESSORIA EM CONTABILIDADE, ADMINISTRATIVA, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIOS E APOIO ADMINISTRATIVO E PERÍCIA CONTÁBIL”**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL**

O Capital Social de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), divididos em 150.000 (Cento e cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, é subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
PAULO RICARDO LOPES VOLTZ	40.000	R\$ 40.000,00	26%
LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO	55.000	R\$ 55.000,00	37%
MARCIO DE MENDONÇA FERNANDES	55.000	R\$ 55.000,00	37%
	150.000	R\$ 150.000,00	100%

§ 1º: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º: A responsabilidade será individual e não solidária, caso um dos sócios contraia dívidas superiores a 10.000 UFIR/RJ, sem anuência expressa do outro sócio.

§ 3º: A integralização do capital foi feita na época da constituição, por ambos os sócios de maneira integral e em moeda corrente do país;

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade caberá aos sócios: **PAULO RICARDO LOPES VOLTZ, LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO e MARCIO DE MENDONCA FERNANDES** com todos os poderes e atribuições necessários à administração e representação da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, em conjunto ou individualmente, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

§ 1º: É vedado a qualquer dos sócios o uso da forma em negócios alheios aos interesses da sociedade, tal como assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar, alienar ou dispor dos bens imóveis ou móveis da sociedade sem autorização expressa do outro sócio, podendo, entretanto, se fazerem substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituírem mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar (Art. 1.018 da lei 10.406, de janeiro de 2002).

§ 2º. Estão ambos os sócios dispensados de prestar caução.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Sócio **MARCIO DE MENDONÇA FERNANDES** exercerá a função de responsável técnico perante a **COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS**, pela prestação dos esclarecimentos relacionados ao cumprimento das normas que regulam o exercício da atividade de auditoria no âmbito do mercado de valores mobiliários.

#### **CLAUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará assim distribuída entre os sócios:

**Considerando o OBJETIVO do contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, AUDITORIA, GESTÃO E PLANEJAMENTO, CESSÃO DE MÃO DE OBRA, ASSESSORIA EM CONTABILIDADE, ADMINISTRATIVA E PERÍCIA CONTÁBIL.**

**MARCIO DE MENDONÇA FERNANDES, CONTADOR,** responderá por todos os serviços contábeis previstos no art. 25 do Decreto-Lei 9295/46, Consultoria, Auditoria, Assessoria em Contabilidade e PERÍCIA CONTÁBIL;

**LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO, CONTADOR,** responderá por todos os serviços contábeis previstos no art. 25 do Decreto-Lei 9295/46, Consultoria, Auditoria, Assessoria em Contabilidade e PERÍCIA CONTÁBIL;

**PAULO RICARDO LOPES VOLTZ, ADMINISTRADOR,** responderá pelos serviços de CONSULTORIA Administrativa, Gestão e Planejamento, cessão de mão de obra, assessoria administrativa.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A sociedade não poderá outorgar responsabilidades técnicas a terceiros, inclusive da mesma categoria dos sócios, visto que as mesmas são indelegáveis.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RETIRADAS**

Os sócios declaram que não há interesse por parte dos mesmos em efetuar retiradas pró-labore para remunerar a gerência, optando-se pela distribuição de lucros.

A distribuição de lucros a se realizar entre os sócios será em cada ano efetivada dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício, podendo em caso de ASSEMBLEIA reduzir para o trimestre, sendo 10% distribuído na proporção da responsabilidade e da execução dos trabalhos na sociedade e o excedente por deliberação da maioria do capital social, as perdas ou prejuízos, serão mantidas contabilmente em conta pendente, podendo em qualquer tempo, serem atribuídos aos sócios, na proporção de suas quotas sociais.

## **CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DE QUOTAS**

As quotas são indivisíveis e só poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, com o consentimento do outro sócio, para o qual ficará assegurado o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, em igual preço e condição, e se realizada a cessão delas, deverá ser formalizada imediatamente a respectiva alteração contratual.

§1º. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento do outro sócio, não terá eficácia quanto a este e à sociedade.

§2º. Uma vez constituída a sociedade, o sócio que venha a ser admitido não se exime das dívidas sociais anteriores a sua admissão.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO BALANÇO**

A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á o balanço geral para apuração do resultado social, cujo resultado, lucro ou prejuízo, será partilhado ou rateado entre os sócios, na proporção de suas participações.

§ 1º. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador, quando for o caso.

§ 2º Os sócios em comum acordo farão as retiradas de acordo com a apuração em seus balanços anualmente.

## **CLÁUSULA NONA - DOS INCIDENTES EM RELAÇÃO A PESSOA FÍSICA DOS CONTRATANTES**

No caso de falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá e o ingresso de seu representante legal se fará imediatamente após o reconhecimento jurídico de seus direitos como herdeiro. Inexistindo consenso



Neste sentido, os haveres do “de cujus” havidos até a data do falecimento, serão pagos em 20% à vista e o saldo remanescente em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, a vencer a primeira, em 30 dias após, que serão atualizadas pelo maior índice oficial permitido.

§ 1º. O mesmo critério se aplicará para os casos de retiradas voluntárias, interdição ou ausência, declarada judicialmente, com as cautelas óbvias.

§ 2º. O sócio pode ser excluído da sociedade de pleno direito se declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

#### **CLÁUSULA DECIMA - DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS**

O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar(em) sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSFERÊNCIA**

Os sócios poderão ceder ou alienar por qualquer título sua respectiva quota a terceiro sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem, observando o seguinte:

I – Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, mas prosseguirá com os remanescentes, pagando a sociedade ou os sócios remanescentes aos herdeiros do falecido, sua quota de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, a contar da data do falecimento. No caso de dissolução da sociedade nas hipóteses previstas por lei, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado à data da resolução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS**

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DEVER DE LEALDADE**

Todo sócio será justo e leal com o outro em todas as operações relativas a sociedade e dela prestará contas, fiel e exatamente ao outro sócio.

## **CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

A sociedade está dispensada da realização de reuniões e assembleias e de publicações, exceto no caso de exclusão por justa causa ou quando um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, quando deverá ser realizada reunião, com a convocação de todos os sócios, através de notificação extrajudicial ou por outro meio que comprove o recebimento da convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 1º. A convocação será dispensada quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 2º. Torna-se dispensável a reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

#### CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

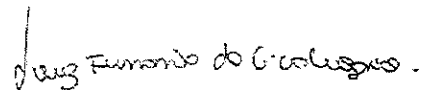
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Código Civil vigente, Código Comercial e demais fontes de direito.

E por estarem em perfeito acordo de tudo quanto neste instrumento foi lacrado, obrigam-se as partes a cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em 01 via de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 2020.



PAULO RICARDO LOPES VOLTZ  
CPF: 396.937.080-91



LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO  
CPF: 104.788.787-88



Marcio Fernandes  
Coordenador de Auditoria  
CRC-RJ 108281/O-0

MARCIO DE MENDONÇA FERNANDES  
CPF: 016.273.877-30

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1069443-0 Protocolo: 00-2020/094547-5 Data do protocolo: 08/06/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/06/2020 SOB O NÚMERO 00003883639, 33901780283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E2AA4BABE65CE6F53270452477AC375E2746EB949056BBE0232DD1596DCD12C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 11/12



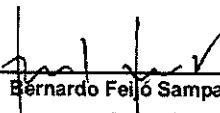


### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, NIRE 33.2.1069443-0, PROTOCOLO 00-2020/094547-5, ARQUIVADO EM 16/06/2020, SOB O NÚMERO (S) 33901780283 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
104.788.787-88	LUIZ FERNANDO DO AMPARO CALEGARIO
396.937.080-91	PAULO RICARDO LOPES VOLTZ
016.273.877-30	MARCIO DE MENDONCA FERNANDES,

16 de junho de 2020.

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PLM - AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1069443-0 Protocolo: 00-2020/094547-5 Data do protocolo: 08/06/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/06/2020 SOB O NÚMERO 00003883639, 33901780283 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: E2AA4BABE65CE6F53270452477AC375E2746EB949056BBE0232DD1596DCD12C5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 12/12



JUCEFJA  
assinado digitalmente